

JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE

Doutor pela Faculdade de Direito da USP - Departamento de Direito Econômico e Financeiro; professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da Instituição Toledo de Ensino (Bauru) e das Faculdades Integradas Cantareira; membro ÍS Instituto Brasileiro de História do Direito, do Conselho Certifico da APET, do IBDT e do IPT/SP; advogado em São Paulo

## INTERPRETAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA

Editora MP

São Paulo, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

A567i

Andrade, José Maria Arruda de

Interpretação da norma tributária / José Maria Arruda de Andrade.  
- São Paulo : MP Ed., 2006

Inclui bibliografia.

ISBN 85-98848-33-6

1. Direito tributário - Interpretação e construção. I. Título.

06-1646.

CDU 340.132.6:351.713

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO <i>Eros Roberto Grau</i>	15
APRESENTAÇÃO <i>Prof. Dr. Humberto Ávila</i>	19
ABREVIATURAS UTILIZADAS	25
INTRODUÇÃO	27
<b>CAPÍTULO 1.O DESENVOLVIMENTO DO TEMA NA TEORIA GERAL DO DIREITO</b>	<b>33</b>
1.1. As principais correntes do século XIX	35
1.1.1. A Escola da Exegese ( <i>L'École de L'Exegèse</i> )	35
1.1.2. A Escola Histórica do Direito	41
1.1.3. A jurisprudência dos conceitos [ <i>Begriffsjurisprudenz</i> ] ou pandectística [ <i>Pandektenwissenschaft</i> ]	46
1.1.4. A Jurisprudência dos Interesses [ <i>Interessenjurisprudenz</i> ]	52
1.2. Considerações gerais acerca da hermenêutica jurídica tradicional	58
1.2.1. Essencialismo e representacionalismo	58
1.2.2. Características gerais	60
1.2.2.1. Objetivos	60
1.2.2.2. Elementos	61
1.2.2.3. Resultados	76
1.2.2.4. Flexibilizações comuns	77
1.2.2.4.1. Carga subjetiva	79
1.2.2.4.2. Ambigüidades e vaguezas (textura aberta) do texto normativo	81
1.3. Evitando-se uma hermenêutica tradicional	90
1.4. Tensões sobre o formalismo e o positivismo: o lastro metodológico dos séculos XX e XXI	93
1.5. Método jurídico e direito público	98
1.6. A identificação com a teoria da obrigação	103
1.7. O desenvolvimento da teorização sobre a interpretação da norma tributária no Brasil	113

Localização: 336.2:34

A553i

Código de barras: STJ00065386

<b>CAPÍTULO 2. SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DO TEMA</b>	121
2.1. Pontos de partida metódicos	121
2.1.1. Crítica ao representacionalismo	122
2.1.1.1. A evolução da <i>Sprachkritik</i> para a terapia conceitual	125
2.1.1.2. Crítica da linguagem como representação (jogos de linguagem - <i>Sprachspiele</i> )	128
2.1.1.3. "Seguir uma regra" na obra de WITTGENSTEIN	134
2.1.1.4. Sistema referencial [ <i>Bezugssystem</i> ]	138
2.1.1.5. O intérprete como sistema autopoietico, e não o direito	141
2.1.2. Concreção normativa (metódica jurídica estruturante)	149
2.1.2.1. Texto normativo e o seu produto: a norma	150
2.1.2.2. Teoria estruturante do direito	153
2.1.2.3. Elementos da concreção da norma	154
2.1.2.4. Confusão entre a noção de área da norma, elementos fáticos e "Tatbestand"	154
2.2. Pós-positivismo, positivismo e a difícil relação entre política e direito (redução política do pensamento jurídico)	161
2.3. A legalidade tributária	168
2.4. A questão da segurança jurídica	183

<b>CAPÍTULO 3. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA (CONCREÇÃO NORMATIVA)</b>	191
3.1. Limites e fluidez da dicotomia	191
3.1.1. A dicotomia e seu uso meramente didático	197
3.1.2. Interpretação e integração e seu enfoque normativo	198
3.1.3. Interpretação e integração e seu enfoque descritivo	199
3.2. Proposta de enfoque (perspectiva decisionista e pragmática)	201
3.3. Integração e o estudo das lacunas	210
3.3.1. Lacunas e espaço ajurídico	219
3.3.2. Enumeração taxativa e exemplificativa	222
3.3.3. Lacunas: defeito técnico-normativo	226
3.4. O Código Tributário Nacional e as regras de interpretação e de integração	228
3.4.1. Interpretação extensiva, integração e concreção	

**Localização: 336.2:34**

**A553i**

**Código de barras: STJ00065386**

normativa	232
3.5. A interpretação literal (ou restritiva) na isenção e na aplicação de penalidades	238
3.6. A concreção normativa das imunidades	249
3.7. Conceitos de direito privado e definição de competência tributária	257
3.8. Consideração econômica	267
3.8.1. Histórico	268
3.8.2. Interpretação econômica, interpretação teleológica e finalidade econômica da norma tributária	273
3.9. A analogia no direito tributário	276
3.9.1. Localização histórica	279
3.9.2. Modelo básico de analogia	280
3.9.3. Analogia em sentido estrito x interpretação extensiva	280
3.9.4. A Analogia na jurisprudência brasileira	281
4. CONCLUSÕES	289
BIBLIOGRAFIA	299